

- e) Elaborar, em coordenação com os outros órgãos e instituições do Estado, a proposta do Programa do Governo e demais instrumentos de planeamento de curto, médio e longo prazos;
  - f) Coordenar a fixação da previsão anual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites de despesa anual dos órgãos e instituições do Estado;
  - g) Elaborar, em coordenação com os outros órgãos e instituições do Estado, as propostas do orçamento de investimento, de acordo com o Plano Económico e Social;
  - h) Participar na elaboração da proposta do orçamento corrente dos órgãos e instituições do Estado;
  - i) Coordenar o processo de elaboração dos planos e programas de desenvolvimento económico e social de âmbito nacional, regional e internacional;
  - j) Acompanhar e avaliar a execução dos instrumentos de programação de curto, médio e longo prazos, propondo e adaptando medidas correctivas que assegurem a prossecução dos objectivos e prioridades definidos;
  - k) Promover e realizar estudos e pesquisas que conduzam ao aprofundamento do conhecimento da situação sócio-económica contribuindo para a melhoria do processo de planificação;
  - l) Elaborar relatórios periódicos de monitoria e avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais;
  - m) Participar na elaboração da Balança de Pagamentos.
2. No domínio do desenvolvimento:
- a) Propor as políticas e estratégias de desenvolvimento económico e social do País e zelar pela sua implementação;
  - b) Propor políticas e programas nacionais conducentes ao crescimento económico e redução da pobreza;
  - c) Orientar e coordenar a elaboração de propostas das políticas e estratégias macro-económicas e sectoriais;
  - d) Elaborar estratégias e programas de desenvolvimento integrado e harmonioso;
  - e) Orientar e coordenar a elaboração da política e estratégia de investimento público;
  - f) Promover iniciativas de investimento privado e de desenvolvimento do empresariado nacional, no âmbito dos planos e programas definidos;
  - g) Coordenar a definição da política nacional da população;
  - h) Assegurar a integração das variáveis populacionais no processo de planificação, harmonizando e orientando as tendências demográficas, tendo em conta as do crescimento económico;
  - i) Coordenar a elaboração da política de salários e preços;
  - j) Promover a definição de políticas e estratégias para a afectação de recursos internos e externos;
  - k) Promover a utilização de recursos localmente disponíveis;
  - l) Participar nas acções relativas a negociação e celebração de acordos de cooperação para os programas de desenvolvimento económico e social.
3. No domínio institucional:
- a) Elaborar a política e estratégias de desenvolvimento do sector e controlar o processo da sua execução;
  - b) Garantir a gestão e controlo dos recursos humanos, materiais e financeiros do sector.

Art. 4. Os órgãos e instituições do Estado e demais organismos públicos devem prestar ao Ministério da Planificação e Desenvolvimento toda a informação necessária à prossecução das atribuições e competências estabelecidas no presente Decreto.

Art. 5. O Ministro da Planificação e Desenvolvimento publicará, no prazo de sessenta dias após a publicação do presente Decreto, o Estatuto Orgânico do Ministério da Planificação e Desenvolvimento.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

#### Decreto Presidencial n.º 24/2005

de 27 de Abril

O Decreto Presidencial n.º 13/2005, de 4 de Fevereiro, criou o Ministério da Agricultura.

Tornando-se necessário definir as suas atribuições e competências, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 160 da Constituição, o Presidente da República decreta:

Artigo 1. O Ministério da Agricultura é o órgão central do aparelho de Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, dirige, planifica e assegura a execução das políticas nos domínios da terra, agricultura, pecuária, florestas, fauna bravia e hidráulica agrícola.

Art. 2. O Ministério da Agricultura tem as seguintes atribuições:

- a) Administração, manejo, protecção e conservação de recursos essenciais à actividade agrária, em particular da terra, água, florestas, animais domésticos e fauna bravia;
- b) Fomento da produção, agro-industrialização e comercialização de insumos e produtos agrários;
- c) Investigação agrária, extensão rural e assistência técnica aos produtores.

Art. 3. Compete ao Ministério da Agricultura:

- a) Formular, propor a aprovação e implementar as políticas e estratégias de desenvolvimento sectorial;
- b) Estabelecer normas para o licenciamento, fiscalização e monitoria do uso de recursos agrários;
- c) Garantir a defesa sanitária vegetal e animal;
- d) Implementar os programas de investigação agrária e disseminar os seus resultados;
- e) Promover a criação e desenvolvimento de infra-estruturas básicas e serviços de apoio às actividades dos agentes económicos do sector.

Art. 4. O Ministro da Agricultura publicará, no prazo de sessenta dias após a publicação do presente Decreto, o Estatuto Orgânico do Ministério da Agricultura.

Publique-se.

O Presidente da República, ARMANDO EMÍLIO GUEBUZA.

#### Decreto Presidencial n.º 25/2005

de 27 de Abril

As funções cometidas pela Constituição da República e demais leis dos Tribunais, Procuradoria-Geral da República e Ministérios da Justiça e do Interior traduzem, pela sua natureza e conteúdo, um elevado grau de concurso e complementaridade de objectivos destas instituições, o que pressupõe uma efectiva articulação.